

Escravidão e tráfico de africanos através dos registros de batismo: resultados parciais (1780-1850)

Sthefany Lavinia Mello Costa¹, Marcelo Santos Matheus^{1*}

*Orientador(a)

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus*
Canoas. Canoas, RS

Esta comunicação se propõe a divulgar os resultados parciais da pesquisa “Escravidão e tráfico de africanos para o Rio Grande do Sul (1780-1850)”. Nesta última, o objetivo é verificar quantos escravos africanos foram levados às pias batismais nas diferentes capelas do Rio Grande do Sul, analisando a representatividade de tal fonte para a análise do próprio tráfico de africanos para o sul da América portuguesa e, depois, para o sul do Império do Brasil. O recorte temporal inicia em 1780, quando a economia sulina começava a se integrar à economia colonial de maneira mais orgânica, terminando em 1850, quando o tráfico atlântico de seres humanos para o Brasil foi definitivamente proibido. Para tanto, as fontes exploradas são os registros de batismo – nessa comunicação, mais precisamente, os batismos analisados são os das capelas das regiões Porto-chargeadora (Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Estreito e Povo Novo e Taim) e Campanha (Alegrete, Bagé, São Gabriel, Uruguaiana e São Gabriel). Do ponto de vista metodológico, as informações contidas nos batismos são transcritas e armazenadas em um banco de dados construído a partir de uma tabela do Excel for Windows. Estas informações foram divididas em diferentes categorias analíticas: nome do batizando, se africano ou nascido no Brasil, a nação e/ou o grupo de procedência (no caso dos africanos), etc. Com efeito, até o presente momento já foram fichados mais de 14 mil registros de batismos. Como está sendo possível perceber, os batismos são uma fonte importante para verificar a quantidade de africanos que viveram e trabalharam no RS no colonial tardio e, principalmente, na primeira metade do século XIX, já que cerca de 18% do total são batismos de africanos. Dentre estes, a maior parte são de escravizados da África Central (Congo, Benguela, Cabinda, Angola, etc.), ou seja, do tronco linguístico bantu, embora a representatividade dos africanos ocidentais (em especial os Minas) seja significativa também. Nesse sentido, a partir destes resultados, será possível conhecer de maneira mais refinada o passado dos africanos escravizados que foram comercializados para o Rio Grande do Sul, identificando de qual região do continente africano e de que cultura/sociedade os mesmos vieram. Assim, será possível entender as formas de resistência, as relações sociais produzidas, dentre outros aspectos da vida dos africanos no sul do Brasil, bem como questionar a construção da memória construída – e reproduzida no senso comum (leia-se, um estado branco e trabalhador, onde o passado escravista foi pouco importante) – sobre a formação social e econômica do Rio Grande do Sul.

Palavras-chaves: escravidão; tráfico de africanos; registros de batismo.